

Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA CNPJ 37.465.002/0001-66



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N°011/2024 DE 01 DE MARÇO DE 2024.

" Concede revisão geral anual na forma do inciso X, do Art.37, da Constituição Federal, ao subsídio do prefeito, vice prefeito e secretários do município de Querência, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Querência/MT, Sr. Fernando Gorgen, faz saber que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

- **Art. 1º** Concede-se ao subsídio do prefeito, vice prefeito e secretários do município de Querência, a revisão geral anual com o escopo de preservar o valor aquisitivo da moeda e recompor as perdas ocasionadas pelo processo inflacionário, no importe de 4,62% (quatro inteiros vírgula sessenta e dois centésimos percentuais), acumulado em fevereiro de 2024.
- Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
- **Art. 3º** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de março de 2024.

Querência/MT., 01 de março de 2024

Fernando Gorgen
Prefeito Municipal

Querência - MT



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA CNPJ 37.465.002/0001-66



MENSAGEM AO LEGISLATIVO

ASSUNTO: "Concede revisão geral anual na forma do inciso X, do Art.37, da Constituição Federal, ao subsídio do prefeito, vice prefeito e secretários do município de Querência, e dá outras providências".

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

O presente Projeto de lei, visa à revisão geral anual dos subsídios do prefeito, vice prefeito e secretários do município de Querência em observância aos preceitos trazidos pela Constituição Federal de 1988, que em seu art. 37, X, assegura a revisão geral anual dos subsídios e remunerações, desde que nos mesmos índices e na mesma data.

A proposição ora apresentada estabelece para os agentes políticos a revisão equivalente ao percentual de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois centésimos percentuais), acumulado em 2023, o que corresponde à correção pelo INPC no período de 1º de março de 2023 a fevereiro de 2024.

O valor apresentado foi considerado justo, possível e legal para a recomposição salarial proposta, levando em consideração, a situação econômica do Município.

Ao apresentar este projeto de Lei à alta consideração desse Egrégio Poder Legislativo, solicitamos a aprovação do mesmo em regime de URGÊNCIA e renovo meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.